



CENTRO COMUNITÁRIO SÃO LUCAS - CECOSAL

ENTIDADE FILANTRÓPICA DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL
QNM 33 Módulo "A" Área Especial - Ceilândia Sul - Distrito Federal
CEP: 72215-330 EMAIL: admin@cecosal.org.br - Fone: 371-3339/372-7611
SITE: www.cecosal.org.br

PLANO DE TRABALHO

I – IDENTIFICAÇÃO

- CENTRO COMUNITÁRIO SÃO LUCAS - CECOSAL
- Endereço: QNM 33 Módulo “A” – Área Especial, Ceilândia Sul/DF
- CEP: 72215-330
 - Telefones: (61) 371-3339 / 372-7611; Fax: (61) 371-3339
- Site na Internet: www.cecosal.org.br
- E-mail: admin@cecosal.org.br
- Certificados e Registros:
 - ✓ Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS: 207.042/73;
 - ✓ Certificado de Fins Filantrópicos: 227.915/75;
 - ✓ Utilidade Pública Federal: Decr. 88.488/83;
 - ✓ Utilidade Pública do Distrito Federal: Decr. 19.364/98;
 - ✓ Conselho de Assistência Social/DF: 265/97;
 - ✓ Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente/DF: 27/99;
 - ✓ Certificado de Registro de Entidade de Ensino – SEE/DF;
 - ✓ CNPJ: 00.318.329/0001-03;
 - ✓ Alvará de Funcionamento: RA 953/98;
 - ✓ Habite-se: 0003/98.
- Dirigente em Exercício: FÁBIO TEIXEIRA ALVES
 - ✓ Endereço: HCGN 707 Bloco “B” Casa 6;
 - ✓ CEP 70740-732;
 - ✓ Fone 273-0599; Fax 340-6435.
 - ✓ CPF 001.749.981-04
 - ✓ Identidade: 029.268- SSP/DF

II – JUSTIFICATIVA

O atendimento a adolescentes que estão cumprindo medidas sócio-educativas vem crescendo nos últimos anos, em decorrência de fatores

econômicos e sociais geradores de desigualdades, que excluem parcela significativa da população.

Atualmente há uma violência embutida nas relações de convivência social, liberada de forma agressiva em determinadas situações vividas, pela população excluída, na sua luta pela sobrevivência.

Nessa situação, os adolescentes são os mais vulneráveis, pois abalados os princípios éticos e morais e insuflados pela mística do consumismo, tendem a praticar atos inflacionais de diversos níveis de gradação.

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS/DF, é o órgão responsável pelo atendimento ao adolescente em conflito com a lei, através do Programa de Medidas Sócio-educativas, constituído pelos Projetos de Internação, Semiliberdade e Liberdade Assistida. No ano de 2000 prestou assistência a 5.247 jovens, sendo que destes, 2.427 cumpriam a medida de liberdade assistida.

No âmbito do Distrito Federal a execução do Projeto de Liberdade Assistida conta atualmente apenas com a atuação de profissionais da SEAS/DF, caracterizando-se, portanto como uma iniciativa especificamente governamental.

A execução da medida sócio-educativa, para ter sucesso, depende da capacidade de envolvimento e comprometimento dos órgãos governamentais, das entidades não governamentais e da comunidade, a partir da integração de suas ações, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de promoverem os direitos fundamentais do segmento juvenil.

No âmbito nacional se identificam várias experiências exitosas e que se colocam atualmente como referenciais no atendimento ao adolescente com medida sócio-educativa de liberdade assistida cuja particularidade reside no fato de contar com a participação de voluntários oriundos de segmentos representativos da comunidade, que após uma capacitação básica e mediante o acompanhamento sistemático, assumiram a condição de orientadores

comunitários atuando no processo de reinserção familiar e comunitária dos adolescentes com medida sócio-educativa de liberdade assistida.

A presente proposta caracteriza-se como um projeto piloto em que o CECOSAL, em estreita parceria com a SEAS/DF, procurará consolidar uma metodologia apropriada à modalidade de atendimento denominada ***Liberdade Assistida Comunitária***, que supõe-se inovadora e que após sua consolidação, poderá ser disseminada nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Considerando a magnitude da proposta ora apresentada, consideramos indispensável a celebração de convênio com a Secretaria de Estado de Ação Social do Governo do Distrito Federal, a fim de assegurarmos condições para o desenvolvimento deste projeto piloto, na perspectiva de se estabelecer bases teóricas e metodológicas, reconhecidamente criativas e inovadoras do atendimento dispensado ao adolescente com medida sócio-educativa de liberdade assistida.

III – POPULAÇÃO-ALVO

Adolescentes que estão cumprindo medida sócio-educativa de liberdade assistida, oriunda das Regiões Administrativas da Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Samambaia e Sobradinho.

IV - OBJETIVOS

4.1 – Geral

Implantar a modalidade de atendimento de Liberdade Assistida Comunitária com a participação de orientadores comunitários voluntários, oriundos de segmentos representativos da comunidade, devidamente capacitados e sistematicamente acompanhados na atuação junto a adolescentes com medida sócio-educativa de liberdade assistida.

4.2 – Específicos

- 1) Formar orientadores comunitários(voluntários), comprometidos com as questões de sua comunidade, instruindo-os sobre o processo educativo a ser ministrado aos adolescentes;
- 2) Criar mecanismos desencadeadores de ações semelhantes visando estimular os diversos segmentos da sociedade na multiplicação de iniciativas criativas, inovadoras e participativas, buscando canalizar mudanças significativas no trato com a questão dos jovens em conflito com a lei;
- 3) Promover o processo de acompanhamento, auxílio e orientação junto aos adolescentes e seu grupo familiar, inserindo-os, se necessário, em programas institucionais ou comunitários;
- 4) Contribuir no processo de descobertas pessoais do adolescente que o possibilite encontrar novas alternativas de vida, que conduzam ao rompimento com a prática delituosa.

V – METAS

1. Capacitar 50 representantes de órgãos que compõem o sistema de atendimento infanto-juvenil e 120 orientadores comunitários, para atuarem junto ao Projeto de Liberdade Assistida Comunitária;
2. Atender 240 adolescentes e suas famílias, no Projeto de Liberdade Assistida Comunitária, em caráter experimental;
3. Proceder à edição de material de divulgação e instrucional, compreendendo cartazes, folder's e o “Guia Metodológico e Operacional para Atendimento em Liberdade Assistida Comunitária”.

VI – DINÂMICA OPERACIONAL

A fim de viabilizar a implantação do Projeto de Liberdade Assistida Comunitária, tendo por intento a consolidação de uma experiência referencial que possa ser disseminada nas diversas Regiões Administrativas do Distrito

Federal, faz-se necessário assegurar a consistência e consolidação teórico-metodológica da iniciativa.

Por se constituir em uma iniciativa inovadora, torna-se imprescindível contarmos com a assessoria técnica de profissionais que comprovem experiência reconhecidamente exitosa neste tipo de projeto ou em ações afins.

Quando do detalhamento operacional da presente proposta, proceder-se-á à indicação dos requisitos básicos a serem cumpridos pelos profissionais envolvidos na ação, de conformidade com orientações emanadas da SEAS/DF, consoante seus referenciais programáticos.

Para tanto, propõe-se a formação de uma equipe multiprofissional que venha executar as funções de consultoria, coordenação técnica, assistente técnico, instrutoria e monitoria. Os profissionais a serem envolvidos na implantação do Projeto de Liberdade Assistida Comunitária, deverão executar as seguintes atribuições, respectivamente:

Consultor:

Orientar e acompanhar o processo de implantação e implementação do Projeto de Liberdade Assistida Comunitária, quanto aos aspectos teóricos e metodológicos devendo reportar-se a experiência comprovadamente reconhecida no âmbito nacional. Sua atuação compreenderá:

- organização dos cursos de capacitação básica (definição de conteúdos programáticos, da metodologia e do material instrucional e bibliográfico, participando da indicação de instrutores para os cursos);
- assessoria na elaboração e revisão do “Guia Metodológico e Operacional para o atendimento em Liberdade Assistida Comunitária”;
- estabelecimento de métodos e técnicas de intervenção, segundo os eixos definidos no projeto;
- orientação ao coordenador técnico quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de assegurar a unidade metodológica de intervenção

nas quatro cidades ora contempladas com o projeto e entre os monitores e orientadores comunitários;

- acompanhamento sistemático do desenvolvimento das atividades constituintes do processo de implantação do projeto, propondo estratégias, instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação da intervenção.

Coordenador Técnico:

Proceder à coordenação das atividades de implantação do projeto e a capacitação continuada mediante a supervisão da atuação dos monitores e orientadores comunitários, compreendendo:

- coordenação dos cursos de capacitação básica;
- acompanhamento do processo de seleção dos monitores, zelando pelo atendimento aos requisitos a serem estabelecidos no detalhamento operacional do projeto;
- supervisão sistemática da atuação dos monitores e orientadores comunitários, prestando a necessária assistência técnica no sentido de assegurar a superação das dificuldades, a adoção de medidas de ajustamento dos procedimentos e o estabelecimento da unidade metodológica de intervenção;
- orientação quanto aos métodos e técnicas de intervenção, assegurando-se a unidade metodológica do projeto e os ajustes necessários à sua adequação às situações vivenciadas;
- aplicação dos instrumentos e mecanismos de acompanhamento e avaliação da atuação dos monitores e orientadores comunitários, observando-se os eixos de intervenção (família, escola e comunidade);
- realização de atividades que propiciem a interlocução entre os monitores e orientadores comunitários que estarão atuando nas distintas regionais, visando a troca de experiências e a padronização de procedimentos ;

- elaboração de relatórios bimestrais a fim de favorecer o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do projeto;
- elaboração de relatório descritivo e avaliativo ao final do projeto, registrando todas as etapas de sua implantação e implementação.

Assistente Técnico:

Apoiar o Coordenador Técnico no desenvolvimento das ações inerentes ao projeto, garantindo a viabilização dos recursos institucionais para a execução das diversas atividades, entre elas:

- apoio técnico com vistas à realização dos cursos de capacitação básica;
- dar suporte ao processo de seleção dos monitores, zelando pelo atendimento aos requisitos a serem estabelecidos no detalhamento operacional do projeto;
- viabilizar os meios para a realização da supervisão sistemática da atuação dos monitores e orientadores comunitários;
- participar da elaboração dos instrumentos e mecanismos de acompanhamento e avaliação da atuação dos monitores e orientadores comunitários, observando-se os eixos de intervenção (família, escola e comunidade);
- apoiar a realização de atividades que propiciem a interlocução entre os monitores e orientadores comunitários que estarão atuando nas distintas regionais, visando a troca de experiências e a padronização de procedimentos;
- participar da elaboração de relatórios bimestrais a fim de favorecer o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do projeto;
- participar da elaboração de relatório descritivo e avaliativo ao final do projeto, registrando todas as etapas de sua implantação e implementação.

Instrutores:

Ministrar aulas nos cursos de capacitação básica, segundo o conteúdo programático, a metodologia, os materiais instrucionais e a bibliografia definidos pelo consultor do projeto.

Monitores:

Prestar atendimento psicossocial aos adolescentes inseridos no projeto, em conjunto com os orientadores comunitários, compreendendo:

- realização de estudo psicossocial de caso de cada adolescente e elaboração de plano de intervenção de caso que deverá nortear sua intervenção e a atuação do respectivo orientador social;
- orientação aos orientadores comunitários quanto aos procedimentos a serem adotados;
- sensibilização e mobilização dos diversos segmentos sociais, visando o envolvimento em ações preventivas e de enfrentamento da delinquência juvenil;
- encaminhamento dos adolescentes e respectivas famílias aos diversos projetos e serviços, objetivando a promoção de seus direitos, procedendo ao acompanhamento a fim de se verificar a efetivação do atendimento devido;
- elaboração de relatórios informativos à autoridade judiciária, observando-se as contribuições dos orientadores comunitários;
- participação nas atividades de supervisão realizadas pela coordenação técnica do projeto e de acompanhamento efetivado pela consultoria.

A capacitação dos monitores e orientadores comunitários se dará por meio de 02 cursos de capacitação básica, com duração de 30 horas aula cada. Estes cursos serão organizados em 06 turmas com 20 orientadores comunitários e 02 turmas com 25 servidores da SEAS/DF.

Ao final de seis meses, o presente projeto terá capacitado uma equipe multidisciplinar, (servidores e membros da comunidade), devidamente instrumentalizada, para atender adolescentes com medida sócio-educativa de liberdade assistida.

Concessão de passes urbanos para permitir ao adolescente freqüentar, de forma sistemática, a escola, os cursos profissionalizantes, atividades culturais e terapêuticas, as audiências com o juiz e outras ações consideradas necessárias e complementares ao atendimento psicossocial.

Como material instrucional a ser utilizado no curso de capacitação básica e como instrumento norteador da intervenção dos monitores e orientadores comunitários, será produzido um “Guia Metodológico e Operacional para atendimento em Liberdade Assistida Comunitária”, sob a orientação pela Gerência do Programa de Medidas Sócio-educativas da SEAS/DF.

Ao longo da execução do projeto o guia deverá ser aperfeiçoado a partir da experiência vivenciada, procedendo-se à sua revisão ao final do projeto. Este procedimento possibilitará sua validação enquanto instrumental básico a ser aplicado pela SEAS/DF na implementação do projeto de liberdade assistida comunitária.

Este guia deverá expressar obrigatoriamente os referenciais teóricos e metodológicos, bem como os procedimentos de acompanhamento e monitoramento aplicados pela SEAS na implementação do Projeto de Liberdade Assistida, que compõe o Programa de Medida Sócio-educativos.

VII – INTERFACES

A execução deste Plano de Trabalho dependerá da garantia de interfaces inter-institucionais, envolvendo entidades governamentais e não-

governamentais, sobretudo os Centros de Desenvolvimento Social, Unidades Operativas das SEAS/DF.

VIII – LOCAL DE REALIZAÇÃO

O Projeto de Liberdade Assistida Comunitária, objeto desta proposição, será desenvolvido nas Regiões Administrativas da Ceilândia, Samambaia e Sobradinho.

IX – RECURSOS ENVOLVIDOS

9.1 – Recursos humanos a serem contratados com recursos provenientes do convênio

- a) 01 Consultor Técnico com formação e experiência compatíveis com a dinâmica operacional;
- b) 01 Coordenador Técnico com formação e experiência compatíveis com a dinâmica operacional;
- c) 08 profissionais com formação em psicologia e serviço social;
- d) 01 encarregado administrativo.

9.2 – Outros recursos humanos

- a) 50 representantes de órgãos que compõem o sistema de atendimento infanto-juvenil no Distrito Federal, vinculados aos órgãos executores de políticas sociais que serão capacitados;
- b) 120 orientadores comunitários;
- c) 01 técnico executor da SEAS/DF, com formação compatível com a modalidade de atendimento;
- d) 01 técnico executor do CECOSAL, com formação compatível com a modalidade de atendimento.

9.3 – Físicos

De conformidade com as características do projeto, além das instalações do CECOSAL, deverão ser envolvidas outras entidades governamentais e não-

governamentais nas cidades da Ceilândia, Samambaia e Sobradinho, a fim de se viabilizar as atividades, sendo necessários:

- a) auditórios, salões e outros espaços comunitários disponíveis nas regiões administrativas abrangidas pelo projeto onde se realizarão as atividades de sensibilização e mobilização social;
- b) auditórios, salões e outros espaços comunitários disponíveis nas regiões administrativas abrangidas pelo projeto onde se realizarão os cursos de capacitação;
- c) salas de reunião disponíveis nas regiões administrativas abrangidas pelo projeto onde se realizarão os encontros de supervisão e interlocução técnica e institucional;
- d) salas de atendimento disponíveis nas regiões administrativas abrangidas pelo projeto onde se realizarão os atendimentos individuais e grupais aos adolescentes e respectivas famílias.

9.4 – Materiais

- a) material de expediente e ensino para realização dos cursos de capacitação básica, atividades de supervisão e sistematização técnica;
- b) gêneros alimentícios para fornecimento de lanche durante os cursos;
- c) filmes pornográficos, fitas cassetes (áudio) e fitas de vídeo cassete para registro documental das atividades;
- d) material sócio-educativo para atividades individuais ou grupais, de caráter psicoterapêutico, com os adolescentes e famílias;
- e) passes urbanos para atendimento aos 120 adolescentes;
- f) passes urbanos para os monitores de práticas profissionais;
- g) aquisição de combustível para transporte dos adolescentes e famílias conduzindo-os para as atividades decorrentes do processo de acompanhamento 220 litros/mês, durante seis meses;
- h) veículo;
- i) aparelhos de som e gravação;
- j) aparelhos de televisão;
- k) aparelhos de vídeo cassete;
- l) computadores e impressoras;
- m) máquina fotográficas;
- n) filmadora;
- o) retroprojetores.

9.5 – Financeiros

Para fazer face às despesas previstas neste Plano de Trabalho serão necessários recursos financeiros na ordem de R\$ 205.660,00 (Duzentos e cinco mil, seiscientos e sessenta reais), montante a ser pactuado entre o CECOSAL e a SEAS/DF.

X – CONTRAPARTIDA

A entidade não disponibilizará recursos financeiros para a realização do presente Plano de Trabalho, apresentando como contrapartida o suporte técnico e operacional, bem como os equipamentos necessários à realização das atividades previstas.

XI – PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Este Plano de Trabalho deverá ser realizado no período de Setembro de 2002 a Maio de 2003.

XII – PLANO DE APLICAÇÃO

(vide quadro na folha seguinte)